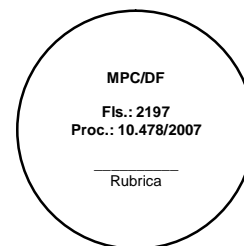




**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL**



PROCESSO: 10.478/2007

PARECER: 0315/2019-G2P

ASSUNTO: Tomada de Contas Especial – TCE

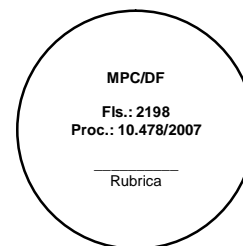
Ementa: Auditoria de Regularidade convertida em TCE pela Decisão nº 1.943/2009, diante do recebimento por serviços não prestados em sede dos Contratos Emergenciais nºs 22/2005 e 53/2005, firmados entre a CODEPLAN e a empresa Prodata Tecnologia e Sistemas Avançados Ltda. Contas julgadas irregulares, multas aplicadas a dez responsáveis e débito imputado à empresa contratada (Decisão nº 3.956/2017). Notificações. Recurso de revisão da empresa não conhecido (Decisão nº 5.936/2017). Desconto em folha da multa imposta a um responsável procedido, conforme comprovado em diligência saneadora.

- 1. CORPO TÉCNICO SUGERE:** quitação a um responsável. Concessão de 3 pedidos de parcelamento e envio do acompanhamento à SEGECEX. Adoção de medidas de cobrança judicial quanto ao débito e às multas dos demais responsabilizados. Ausência de medidas remanescentes. Arquivamento.
- 2. PARECER CONVERGENTE DO MPC/DF:** quitação e análise dos pedidos de parcelamento. Pelo deferimento. Pela adoção do art. 27, da Lei Complementar nº 01/1994 e arts. 214 e 215 do RI/TCDF.

Cuidam os autos de Auditoria de Regularidade convertida em TCE pela Decisão nº 1.943/2009 (fl. 872), diante do recebimento por serviços não prestados (fábrica de software) em sede dos Contratos Emergenciais nºs 22/2005 e 53/2005, firmados entre a CODEPLAN e a empresa Prodata Tecnologia e Sistemas Avançados Ltda.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL**



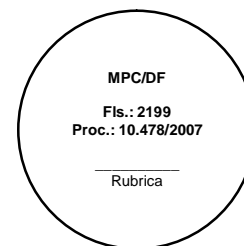
2. Nesta fase processual, examinam-se a concessão de quitação de multa aplicada a um dos responsáveis, pedidos de parcelamento e medidas judiciais para ressarcimento, concernente à Decisão nº 3.956/2017 (D1AFADF4), abaixo colacionada:

(...) II – em consequência: a) reformar os termos da Decisão nº 4.772/2015, em seus itens II e III, os quais passarão a ter a seguinte redação: “II – julgar, nos termos do art. 17, inciso III, alínea “c”, da Lei Complementar nº 1/1994, irregulares as contas especiais: a) dos responsáveis Guilherme Boechat Véo, Francisca das Chagas Nogueira, Nilva Lacerda Rios de Castro, Marco Túlio Motta dos Santos, Durval Barbosa Rodrigues, Ricardo Lima Espíndola, Carlos Eduardo Bastos Nonô, Carlos José de Oliveira Michiles, Vagner Gonçalves Benck de Jesus e Joel Francisco Barbosa; b) da empresa Prodata Tecnologia e Sistemas Avançados Ltda.; III – em consequência: a) aplicar aos responsáveis nominados no item II.a, com fundamento no art. 57, inciso III, da Lei Complementar nº 1/1994, multa individual de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), pela omissão na fiscalização, controle e acompanhamento dos Contratos Emergenciais nºs 22/2005 e 53/2005, celebrados entre a Codeplan e a empresa Prodata Tecnologia e Sistemas Avançados Ltda., o que concorreu para o pagamento irregular de serviços, para os quais não há quaisquer documentos que comprovem a execução contratual; b) notificar os representantes legais da empresa nominada no item II.b, com fulcro no art. 26 da Lei Complementar nº 1/1994, para que recolham aos cofres do Distrito Federal, no prazo de 30 (trinta) dias, o prejuízo apurado nos autos, no valor de R\$ 9.371.188,49 (nove milhões, trezentos e setenta e um mil, cento e oitenta e oito reais e quarenta e nove centavos), atualizado em 22.1.2015 (conforme demonstrativo de fl. 1.820), acrescido de juros e atualização monetária até o dia do efetivo ressarcimento do dano, em razão do recebimento por serviços não prestados à Codeplan, no âmbito dos Contratos Emergenciais nºs 22/2005 e 53/2005, pactuados sob o regime de “fábrica de software”, para os quais não há qualquer comprovação de execução;” b) tornar sem efeito o Acórdão nº 592/2015; c) aprovar, expedir e mandar publicar os acórdãos apresentados pelo Relator (...)

3. A Unidade Técnica, por meio da Informação nº 3/2019 – 1ª SECONT/1ªDICONTE, esclareceu que os responsabilizados elencados no Acórdão nº 323/2017, após as devidas notificações, solicitaram ao Tribunal o parcelamento do valor a eles imputados.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL**



4. O Srs. Guilherme Boechat Véo, Nilva Lacerda Rios de Castro e Marco Túlio Motta dos Santos reiteraram (fls. 2189) os pedidos de parcelamento efetuados às fls. 2159/2160, nos moldes do art. 27 da LC nº 1/94 e art. 214 do RI/TCDF.

5. Requereram, ainda, a desconsideração das correções monetárias e juros, dado o prazo transcorrido entre as solicitações e decisão.

6. O Corpo Técnico entendeu que o Plenário poderá autorizar os pedidos de parcelamento das multas, com fundamento no art. 27 da LC 1/94 e arts. 214 e 215 do RI/TCDF. Contudo, quanto ao afastamento das correções monetárias e juros, assim assinalou:

(...) cumpre esclarecer que a correção monetária não possui caráter punitivo, apenas mantendo o valor do dinheiro no tempo, não podendo, dessa forma, ser afastada. No tocante aos juros, este não é aplicado no prazo entre o pedido de parcelamento e sua concessão.

7. No tocante ao Acórdão nº 324/2017, o Tribunal julgou irregular as contas da empresa Prodata, imputando débito no valor de R\$ 9.371.188,49. Posteriormente, a empresa ingressou com Recurso de Revisão, negado pela Decisão nº 5.936/2017. Ato contínuo, o MPC/PG encaminhou à PGDF o Ofício nº 298/2018, para as providências de sua alçada.

8. A Unidade Técnica enfatizou, no mais, que, devido à ausência de pagamento das penalidades de multas aplicadas aos demais responsáveis¹, o MPC/PG, em atenção ao Ofício nº 21/2018-SECONT/GAB, encaminhou Ofício nº 270/2018 à PGDF, para as medidas cabíveis.

9. Ao final, quanto ao Sr. Durval Barbosa Rodrigues, por ser servidor público dos quadros da PCDF, foi solicitado o desconto em folha de pagamento mediante Ofício nº 22/2018-SECONT (fl. 2172). A PCDF, por meio do Ofício nº 353/2018-DPG, informou ter realizado o desconto entre janeiro e abril de 2018, no valor de R\$ 5.300,88, devidamente corrigido.

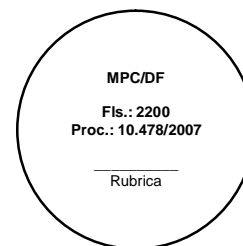
10. Assim, o Corpo Técnico sugeriu ao eg. Plenário:

- I. tomar conhecimento dos documentos de fls. 2.137/2.191;*
- II. por não encontrar amparo legal, indeferir o afastamento da correção monetária pleiteado no documento de fls. 2.189/2.191;*
- III. nos termos do art. 27 da Lei Complementar nº 1/94, deferir os pedidos de parcelamento das multas (R\$ 5.097,00 – valor individual atualizado monetariamente para o exercício 2018 à fl. 2.188) do Sr. Guilherme Boechat Véo (fl. 2.159) em cinco parcelas mensais e*

¹ Carlos Eduardo Bastos Nonô, Carlos José de Oliveira Michiles, Vagner Gonçalves Benck de Jesus, Joel Francisco Barbosa, Ricardo Lima Espíndola e Francisca das Chagas Nogueira.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL**



sucessivas, e da Sra. Nilva Lacerda Rios de Castro e do Sr. Marco Túlio Motta dos Santos (fls. 2.160 e 2.161) em dez parcelas mensais e sucessivas, esclarecendo aos responsáveis que, nos termos dos arts. 214 e 215 do Regimento Interno do TCDF:

a) o valor da multa deverá ser atualizada monetariamente até o último dia do mês anterior ao que se iniciar o recolhimento parcelado, podendo-se utilizar o sistema SINDEC pertencente a este TCDF;

b) o resultado apurado deverá ser dividido pelo número autorizado de parcelas, devendo o valor de cada uma ser atualizado monetariamente;

c) sobre as parcelas pagas com atraso incidirão juros de mora de um por cento ao mês;

d) o pedido de parcelamento implica confissão da dívida apurada, sendo que o atraso, por mais de trinta dias, no pagamento de qualquer parcela acarretará o vencimento antecipado do saldo devedor;

e) o recolhimento mensal do valor devido deverá ser efetuado mediante documento de arrecadação emitido a favor da Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal – SEF/DF, código de receita 5630, encaminhando os respectivos comprovantes ao Tribunal;

f) o acompanhamento dos pagamentos ocorrerá no âmbito da SEGECEX;

IV. considerar quite com o erário distrital o Sr. Durval Barbosa Rodrigues no tocante à multa que lhe fora imputada por meio do Acórdão nº 323/2017;

IV. autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Contas as providências pertinentes e posterior arquivamento.

11. Em síntese, é o relatório. Passo a opinar.

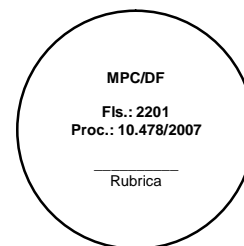
12. Sobre a matéria, é oportuno destacar o entendimento adotado pelo Tribunal. Vejamos a jurisprudência:

*PROCESSUAL. PARCELAMENTO DE MULTA OU DÉBITO. RAZOABILIDADE DO PEDIDO. As normas que disciplinam o parcelamento de multa ou de débito pelo Tribunal não fixam valor mínimo ou quantidade de parcelas, ficando a **critério desta Corte a análise da razoabilidade do pedido**. Decisão por unanimidade. Processo nº 42337/2007. Decisão nº 594/2018. Precedentes TCDF: Decisões nos 3794/2017, 3398/2017. Boletim Informativo nº 5/2018 TCDF (grifo nosso)*

13. A respeito do critério da análise da razoabilidade do pedido, a Corte recentemente autorizou o parcelamento de multas em 10, 12 e 4 vezes, as decisões



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL**



1067/2019, 1010/2019 e 3075/2018. Nesse contexto, convirjo com a proposta do Corpo Técnico de possibilidade de parcelamento na forma requerida.

14. Do mesmo modo, pode-se considerar quite com o Erário, no que tange à multa imposta pelo Acórdão nº 323/2017, o Sr. Durval Barbosa, consoante a documentação acostada aos autos pela PCDF.

15. Nesse Contexto, este representante ministerial pugna pelo acolhimento das sugestões ofertadas pela Unidade Técnica.

É o parecer.

Brasília-DF, 09 de maio de 2019.

MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA
Procurador em Substituição